



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Gabinete da Secretaria Executiva

NOTA INFORMATIVA Nº 43/2021-SE/GAB/SE/MS

DAS OFERTAS DE VACINAS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE POR EMPRESAS INTERMEDIÁRIAS (DAVATI MEDICAL SUPPLY, SENAH, WORLD BRANDS LTD. E OUTRAS)

1. DA OFERTA DE VACINAS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Em 03 de fevereiro de 2020, o Governo Federal, editou a **Portaria nº 188** em conformidade com o Decreto declarando Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).

Em ato contínuo, em 6 de fevereiro de 2020, foi editada a **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020, dispondo sobre as medidas de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

O Governo Federal e o Ministério da Saúde, desde o início da pandemia da Covid-19, com surgimento dos primeiros estudos de desenvolvimento de imunizantes, passaram a envidar esforços na intenção de adquiri-los, possibilitando a vacinação da população brasileira.

Nessa esteira, foram editadas as seguintes normas:

Em 06 de agosto de 2020, foi editada a **Medida Provisória nº 994** (convertida na **Lei nº 14.107**, de 3 de dezembro de 2020), para viabilizar crédito orçamentário extraordinário de **R\$ 1,9 bilhão** para garantir as ações necessárias à Encomenda Tecnológica - ETEC[1] entre a Fiocruz e a AstraZeneca, visando ao desenvolvimento e à produção e disponibilização da vacina de Oxford/AstraZeneca (ChAdOx1 nCoV-19), bem como, a produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) pela Fundação Oswaldo Cruz (instituição de pesquisa e desenvolvimento vinculada ao Ministério da Saúde).

Em ato contínuo, na data de 8 de setembro de 2020, foi assinado entre a FIOCRUZ e a AstraZeneca termo de contrato prevendo o escalonamento do fornecimento de IFA importado da China em quantidade suficiente para a produção pela FIOCRUZ, de **100,4 milhões de doses** da vacina Covid-19, além do desenvolvimento do processo em escala industrial da produção do IFA (complementarmente, o contrato de transferência de tecnologia entre a FIOCRUZ e a AstraZeneca foi assinado em 1º de junho de 2021, formalizando a transferência do conhecimento que já vinha sendo repassado).

Em 24 de setembro de 2020, foram editadas as **Medidas Provisórias nº 1.003 e 1.004**, convertidas na **Lei 14.122**, nas datas de **1º de março e 03 de março de 2021**, prevendo, **respectivamente** a autorização para a adesão ao Consórcio COVAX FACILITY e a liberação de crédito extraordinário **R\$ 2,5 bilhões** para financiar os custos do ingresso do Brasil no Consórcio Covax

Facility, e a aquisição de **42,5 milhões de doses** de vacinas incluídas no portfólio da Iniciativa.

Em 17 de dezembro de 2020, o Governo Federal editou a **Medida Provisória nº 1.015**, abrindo crédito extraordinário de **R\$ 20 bilhões**, em favor do Ministério da Saúde. A Exposição de Motivos nº 00464/2020, do Ministério da Economia, para a abertura do referido crédito extraordinário, aponta como objetivo da medida o financiamento da aquisição das doses necessárias para cobertura vacinal da população nacional, assim como despesas com insumos, logística, comunicação social e publicitária e outras necessidades para implementar a imunização contra o coronavírus (Covid-19).

Em 06 de janeiro de 2021, a União editou a **Medida Provisória nº 1.026**, dispondo sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a Covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, prevendo que:

Art. 2º Fica a administração pública direta e indireta autorizada a celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para:

I - a aquisição de vacinas e de insumos destinados a vacinação contra a Covid-19, inclusive antes do registro sanitário ou da autorização temporária de uso emergencial.

2. DA EQUIPE QUE CONDUZIA AS TRATATIVAS SOBRE VACINAS

Impende destacar que, no período de junho de 2020 à 20 de março de 2021, coube de forma mais efetiva à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde a responsabilidade de coordenar uma equipe multidisciplinar para a realização da negociação, contratação e aquisição de todas as vacinas.

Essa equipe era composta de técnicos de diferentes áreas e que participavam das reuniões quando demandados, de acordo com o grau de avanço dos estudos clínicos e das tratativas, visando subsidiar de forma adequada na tomada de decisões para celebração de eventuais contratos, a saber:

- da área administrativa e de gestão da Secretaria Executiva, que coordenava os agendamentos e os trabalhos multidisciplinares (Secretaria Executiva – SE);
- da área de ciência, tecnologia e inovação, que acompanhava as fases dos estudos clínicos, graus de segurança e eficácia, processo de submissão junto às agências sanitárias no país de desenvolvimento / produção e no Brasil – Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (Departamento de Ciência e Tecnologia – DCIT – e Secretaria Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde – SCTIE);
- da área responsável pelas imunizações, que verificava as condições para operacionalização da vacinação com aqueles determinados imunobiológicos, quanto ao volume da dose, acondicionamento, temperatura de transporte e conservação, tipo de seringa e agulha, necessidade de capacitação dos agentes de saúde e que demandava as vacinas na fase final das negociações (Coordenação Geral do Programa Nacional de

Imunização -CGPNI -, do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis – DIDT – e da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS);

- da área internacional, para verificar aspectos técnicos com relação aos países onde se desenvolviam e / ou produziam as vacinas, fazendo também gestões junto ao Ministério das Relações Exteriores - MRE para obter, quando possível, informações sobre o andamento de estudos clínicos, aspectos regulatórios, contratações por outros países, valores de aquisição (Assessoria de Assuntos Internacionais junto ao MS – AISA/MS);

- da área de comunicação social, para acompanhamento e elaboração de materiais de divulgação e coletivas de imprensa sobre o andamento das prospecções de vacinas e seus processos de aquisição (Assessoria de Comunicação – ASCOM/MS);

- da área normativa, que verificava as exigências contratuais e legais, inclusive quanto à necessidade de elaboração de normas, Medidas Provisórias e adequação / elaboração de leis (Assessoria Especial do Gabinete do Ministro e eventualmente da Consultoria Jurídica – CONJUR do MS);

- da área de Integridade), para verificar aspectos quanto ao risco das negociações para futuras aquisições (Diretoria de Integridade – DINTEG/MS);

- da área logística, para verificar condições de importação, desembaraço sanitário e alfandegário, condições de transporte e armazenamento no depósito central do MS, condições de transporte para os estados e aspectos referentes ao contrato (Departamento de Logística em Saúde – DLOG/MS);

- da área de planejamento e orçamento, para a obtenção de recursos financeiros extraordinários para aquisição de imunobiológicos (Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO).

Isso ocorreu com relação ao contrato de encomenda tecnológica com a AstraZeneca / Oxford, com relação à adesão ao Consórcio Covax Facility e com relação aos demais contratos de aquisição de vacinas, assim como com relação à elaboração das medidas provisórias de marcos legais e de abertura de créditos extraordinários. Portanto, era a equipe com maior expertise para apreciar eventual não conformidade contratual quanto às vacinas

3. DAS OFERTAS DE VACINAS POR EMPRESAS INTERMEDIÁRIAS

A partir do final do ano de 2020, alguns servidores do Ministério da Saúde começaram a ser procurados por várias pessoas que se diziam representantes de laboratórios fabricantes e/ou que se diziam detentores de grandes estoques de vacinas, garantindo que procederiam a entrega de doses quase que imediatamente no Brasil.

Os servidores das áreas competentes, enquanto agentes públicos e no exercício do dever legal, recebiam tais pessoas através de reuniões pré agendadas e, algumas das vezes, até mesmo fora das agendas, oportunizando

que as propostas de venda das vacinas fossem apresentadas e, em ato contínuo, formalizadas, para posterior inserção no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do Ministério da Saúde. Registre-se que mesmo nas reuniões realizadas fora de pauta, existiam dois ou mais servidores aptos a ouvir as ofertas.

Antes de se avançar com as tratativas, deveria ser averiguado, dentre outros aspectos, a idoneidade do ofertante (verificando as suas credenciais oficiais para representação pelo laboratório produtor), a existência das doses ofertadas, a localização de seu armazenamento, o número de seus lotes e sua validade – informações essas junto aos fabricantes, além de aspectos essenciais de segurança e eficácia, assim como aspectos regulatórios e submissão junto à Anvisa. Essas medidas pretendiam repelir quaisquer irregularidades, afastando condutas duvidosas e o desencontro de informações ou o envolvimento de forma isolada de servidores com representantes.

Na grande maioria das reuniões ocorridas, quando era analisada a documentação apresentada para comprovar a veracidade dessas propostas, invariavelmente, concluía-se que não possuíam lastro comprobatório dos laboratórios fabricantes, com documentações frágeis e com algumas suspeitas de fraude.

Cabe destacar que, via de regra, esses representantes solicitavam com urgência uma Carta de Intenções ou Memorando de Entendimentos que demonstrasse interesse do Governo Brasileiro, por intermédio do Ministério da Saúde, na aquisição de grandes quantidades de doses de vacinas. Exigiam também pagamentos antecipados de cerca de 50% do valor dos imunizantes oferecidos, sem que contudo, comprovassem tal existência.

Em 14 de janeiro, ocorreu na Secretaria Executiva reunião com a empresa a Ample Develop Brasil, com os seguintes participantes: o Presidente, Sr. Arthur Lung e três diretores, o Sr. Fernando Lopes, o Sr. Carlos Humberto e o Sr. Kao Chih Shan – Diretor. A pauta trataria do fornecimento de 300 milhões de doses das vacinas fabricadas pelos laboratórios SINOVAC e/ou SINOPHARM.

O Ministério da Saúde solicitou a documentação que os habilitassem a representar as referidas empresas (Sinovac e da Sinopharm), os dados técnicos e científicos das vacinas desenvolvidas pelos laboratórios, bem como as informações sobre os mecanismos de intermediação internacional e os protocolos de Beijing e Wuhan na China; conforme Memória da Reunião a seguir, vejamos:

 MINISTÉRIO DA SAÚDE	
ATA DE REUNIÃO Portaria GM/MS nº 1.171 de 15 de junho de 2004	
PARTICIPANTES:	
SE/MS Luana Gheres – Assessora Técnica do GAB/SE	
SCTIE/MS - Hélio Angotti Netto – Secretário da SCTIE/MS - Camille Giaretta Sachetti - Diretora do DECIT/SCTIE/MS - Max Nóbrega de Menezes Costa – Assessor Técnico/DECIT/SCTIE/MS - Magnólia de Souza de Assis – Assessora de Gabinete da SCTIE/MS	
SVS/MS Adriana Regina Farias P. Lucena – CGPNI/DEIDT/SVS/MS	
AISA/MS Rawilson Rodrigues – AISA/GM/MS	
Ample Develop Brazil - Arthur Lung – Presidente - Fernando Lopes – Diretor de Relações Institucionais - Carlos Humberto – Diretor Executivo - Kao Chih Shan – Diretor	
LOCAL: Gabinete SE/MS - 3º andar	
DATA: 14/01/2020	HORÁRIO: 13:30 – 14h30
ASSUNTOS TRATADOS: VACINAS	
A reunião foi solicitada pela AMPLE DEVELOP BRAZIL para discutir possível manifestação de interesse do governo brasileiro na aquisição de vacinas imunizantes da Covid -19, desenvolvidas pelos laboratórios chineses SINOVAR e SINOPHARM. Aberta a reunião, foi feita a apresentação institucional da AMPLE DEVELOP BRAZIL, empresa brasileira com matriz em Goiânia, associada a escritórios chineses e que intermediará as discussões entre o governo brasileiro (MS) e chinês (laboratórios) sobre possível aquisição das vacinas contra Covid -19. Foi apresentada a seguinte proposta: <u>1) fornecimento de 300 milhões de doses das vacinas fabricadas pelos laboratórios Sinovac e/ou Sinopharm, podendo o MS adquirir a vacina de um dos laboratórios ou de ambos; 2) 100 milhões de doses entregues em curto espaço de tempo e 3) pagamento parcelado ou futuro (carência de até 5 anos); 4) discussões técnico científicas, transporte, armazenamento e distribuição das vacinas serão feitas diretamente entre o MS e os laboratórios Sinovac e/ou Sinopharm; 5) questões financeiras serão discutidas com a Ample Develop Brazil.</u> A empresa busca saber o interesse do Governo brasileiro na aquisição das vacinas e, em havendo, discutirá preço e reservará quantitativo suficiente para atender a demanda do MS. Foi sugerida reunião conjunta entre MS, Ample Develop Brazil e laboratórios Sinovac e Sinopharm para discutir o assunto. O Secretário Hélio Angotti explicou a necessidade de envio de maiores informações técnico/científicas, capacidade de entrega, prazo de entrega e preço das vacinas para que o MS possa manifestar interesse. Além disso, solicitou o envio de descritivo sobre os mecanismos de intermediação internacional e a disponibilização dos meios de contato da equipe técnica da SINOVAR e SINOPHARM. A Diretora do DECIT falou sobre o pedido de autorização de uso emergencial da vacina no Brasil, feito pela SINOVAR junto à ANVISA. Outrossim, salientou que desconhece que tal procedimento tenha sido feito pela Sinopharm, questionando se existe interesse da Sinopharm em realizar os estudos no Brasil (requisito para pedido de autorização de uso emergencial junto à ANVISA). Ressaltou a urgência do governo brasileiro na aquisição de vacinas imunizantes da COVID -19 e ratificou a fala do Secretário sobre a importância de envio de maiores informações sobre as vacinas para que o MS possa manifeste interesse. O Assessor Técnico do DECIT ressaltou a importância do envio dos protocolos das cidades de Beijing e Wuhan na China, para avaliação dos resultados específicos de cada uma das vacinas.	
ENCAMINHAMENTOS DEFINIDOS:	
- A AMPLE DEVELOP BRAZIL encaminhará à AISA/MS documentação sobre a representação formal para atuar em nome das empresas Sinovac e da Sinopharm. - A AMPLE DEVELOP BRAZIL encaminhará à SCTIE dados técnicos e científicos das vacinas desenvolvidas pelos laboratórios	

Os participantes da mencionada reunião, que se apresentaram como autorizados a negociar as vacinas SINOVAR e SINOPHARM, não retornaram com a documentação solicitada.

Em 25 de janeiro de 2021, ocorreu na Secretaria Executiva reunião com servidores da equipe multidisciplinar do Ministério da Saúde e o Sr. Henry Morita, representante da PRD Trading Company, teria uma carta de representação da empresa Davati Medical Supply para as vacinas da ASTRAZENECA e 50 milhões de doses da vacina COVAXX, de Taiwan, em razão de negociação com a empresa UBI. o Secretário-Executivo mencionou para assegurar a legitimidade das ofertas pelas parceiras comerciais estrangeiras da PRD, em razão da patente escassez de vacinas ofertadas no mercado mundial. Solicitou-se as cartas de representação e exclusividade, conforme Memória da Reunião anexa.

 MINISTÉRIO DA SAÚDE	
MEMÓRIA DA REUNIÃO	
PAUTA: PRD Trading Company / AstraZeneca / COVAXX.	
LOCAL: Gabinete da Secretaria-Executiva	
DATA: 25/01/21	HORÁRIO: 15h – 16h
PARTICIPANTES:	
Antônio Elcio Franco Filho – Secretário-Executivo Luana Gonçalves Gehres - Assessora do GAB/SE Camile Giarretta Sachetti – Diretora de Ciência e Tecnologia (Decit/SCTIE) Max Nóbrega de Menezes Costa – Assessor Técnico do Decit/SCTIE Henry Morita – PRD Trading Company	
DISCUSSÕES:	
A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde (MS), com a participação de representante da empresa PRD Trading Company, Henry Morita, para tratar sobre oferta de vacinas da AstraZeneca e da COVAXX. O representante da empresa informou que teria carta de representação da empresa <i>Davati Medical Supply</i>, do Texas – EUA, para ofertar vacinas da farmacêutica AstraZeneca e que disponibilizaria os documentos ao Ministério da Saúde. Adicionalmente, registrou que também teria 50 milhões de doses da vacina COVAXX, de Taiwan, em razão de negociação com a empresa UBI. O Secretário-Executivo ressaltou que o MS tem muito interesse na aquisição e acesso imediato a doses de vacinas contra a Covid-19, entretanto registrou que, a partir do segundo semestre de 2021, já há previsão de incremento na produção nacional de vacinas, em especial pela Fiocruz e pelo Butantan. Ademais, o Secretário-Executivo mencionou que a empresa tomasse as devidas precauções para assegurar a legitimidade das ofertas dessas doses pelas parceiras comerciais estrangeiras da PRD, em razão da patente escassez de vacinas ofertadas no mercado mundial. Nesse sentido, os representantes do MS dispuseram-se a encaminhar e-mail com informações sobre seus contatos e formalizando a solicitação das cartas de representação e exclusividade para a negociação das vacinas em questão. Ao fim, o Secretário-Executivo agradeceu as informações e encerrou a reunião.	
ENCAMINHAMENTOS:	
- Os representantes do MS vão encaminhar e-mail para morita.595@hotmail.com, com informações dos contatos do MS e solicitação das cartas de representação e exclusividade.	

Mais uma vez, as tratativas não prosseguiram, tendo em vista que não foram encaminhados pelo Sr. Henry Morita os documentos necessários para que se prosseguisse com as tratativas.

Em 27 de janeiro de 2021, atendendo a questionamentos do Ministério da Saúde, referentes aos diversos representantes de laboratórios/fabricantes e/ou que se diziam detentores de grande estoques de vacinas, o diretor corporativo da ASTRAZENECA do Brasil informou que o foco da empresa era atender os compromissos firmados globalmente com governos e entidades internacionais, não havendo, portanto, fornecimento, venda ou distribuição da vacina para o setor privado e ainda que, **"acaso alguém ofereça por meio do mercado privado, provavelmente trata-se de falsificação"**, conforme segue abaixo (documento anexado ao processo SEI nº 250000.088190/2020-61):

27 de Janeiro de 2021

Ministério da Saúde ("MS")
Secretaria Executiva
Gabinete da Secretaria Executiva – GAB/SE

Att. Sr. Antônio Élcio Franco Filho, Exmo. Secretário-Executivo

Assunto: disponibilidade da vacina contra COVID-19 da AstraZeneca para compra por organizações ou empresas privadas

Prezado Sr. Antônio Élcio Franco Filho,

Conforme antecipado em recentes conversas com o MS acerca da disponibilidade da vacina contra COVID-19 da AstraZeneca para compra por organizações ou empresas privadas, reafirmamos que nosso foco atual é atender, dentro da possível brevidade, os nossos compromissos firmados globalmente com governos e entidades internacionais, afim de ajudar a acabar com a pandemia. Diante disto, atualmente não há fornecimento, venda ou distribuição da vacina para o setor privado.

Caso alguém ofereça vacina por meio do mercado privado, provavelmente trata-se de falsificação e, portanto, deverá ser recusada e reportada às autoridades de saúde / regulatória.

Atenciosamente,


4F2MRAC131C4CB

Jorge Augusto Mazzei
Corporate Affairs Director, Brazil

1

A fim de evitar o envolvimento de forma isolada de servidores do Ministério da Saúde com representantes e pseudo-representantes, além de alinhar e padronizar os conhecimentos e procedimentos com relação a vacinas contra a Covid-19 e preparar a divulgação institucional dessas ações, em 29 janeiro de 2021, a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde definiu por Ofício Circular nº 28 (anexo), a centralização de todas as reuniões e ações referentes a ofertas, propostas e/ou quaisquer tratativas alusivas a vacinas contra COVID-19, com a participação das áreas técnicas e logísticas competentes.

Em 29 de janeiro de 2021, ocorreu reunião com a empresa NT Pharm, representada pela Sra. Payam Neda, onde foram ofertadas doses da vacina Zydus Cadila, desenvolvida na Índia. A empresa informou a pretensão de parceria com o Instituto Vital Brazil (IVB) com a proposta de 10 milhões de doses por mês, a partir de abril, podem aumentar a oferta para 20 milhões por mês. O Secretário-Executivo destacou a necessidade de que fosse definido a representação oficial da Zydus Cadila no Brasil, se seria a empresa NTPHarm ou o Instituto Vital Brazil - IVB, conforme verifica-se em memória de reunião abaixo, vejamos:

 MINISTÉRIO DA SAÚDE	
MEMÓRIA DA REUNIÃO	
PAUTA: Reunião sobre a vacina desenvolvida pela Zydus Cadila.	
LOCAL: Gabinete da Secretaria-Executiva (GAB/SE/MS)	
DATA: 29 de janeiro de 2021	HORÁRIO: 14h00 – 14h30
PARTICIPANTES:	
Antônio Élcio Franco Filho – Secretário-Executivo Luana Gonçalves Gehres – Gerente de Projetos da Secretaria-Executiva Flávio Werneck Noce Dos Santos – Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde para Assuntos Internacionais Camile Giaretta Sachetti – Diretora de Ciência e Tecnologia Max Nóbrega de Menezes Costa – Assessor Técnico do Departamento de Ciência e Tecnologia Payam Neda – Presidente da NTPPharm	
DISCUSSÕES:	
A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo, Élcio Franco, com a participação do representante da NTPPharm, Payam Neda que informou ser representante da vacina contra Covid-19 Zydus Cadila, desenvolvida na Índia.	
O representante da NTPPharm registrou que representaria o laboratório que desenvolve a vacina. Informou que esteve em reunião, em 27 de janeiro de 2021, com representantes do Ministério da Saúde (MS) e do Instituto Vital Brazil (IVB) e que a pretensão é de que haja transferência de tecnologia para o instituto.	
O representante da NTPPharm reiterou as informações e aspectos técnicos da vacina que havia apresentado na reunião do dia 27 de janeiro de 2021:	
- Aspectos técnicos e logísticos: • Vacina de DNA, que utiliza E. coli como vetor; • Temperatura de armazenamento é de 2 a 8°C; • Estabilidade de 90 dias a 25°C; • Administração intradérmica, sendo administrada com pistola produzida pela pharmajet; • Em fase III na Índia, iniciada em dezembro de 2020, com previsão de término em março de 2021. Publicação em finais de março e já começaram a produção. • 2 doses, 72% de eficácia com base na fase 2. Não tem dados de fase 3. • A tecnologia permitirá a adaptação da vacina às novas cepas.	
- Aspectos regulatórios: • Não tem uso emergencial na Índia.	
- Aspectos comerciais: • O representante da NTPPharm informou a pretensão de parceria com o Instituto Vital Brazil (IVB), do Rio de Janeiro. Mencionou que o IVB não tem planta para fabricação de injetáveis no Brasil.	

A partir daquele momento, portanto, as negociações para aquisição de imunizantes passaram a ser exclusivamente agendadas e coordenadas pela Secretaria Executiva, com a participação de um grupo multidisciplinar com as áreas técnicas (SCTIE, DCIT, SVS, CGPNI, AISA, CONJUR, DINTEG, ASCOM e ASSESSORIA ESPECIAL DO MINISTRO) e logísticas competentes, inclusive para uniformizar aspectos de comunicação social, conforme já mencionado anteriormente.

Em virtude de algumas propostas recebidas, a Secretaria Executiva encaminhou notícia de fato à Polícia Federal, por meio do Ofício nº 269/2021/SE/GAB/SE/MS, de 1º de fevereiro de 2021, complementado através do Ofício nº 493/2021/SE/GAB/SE/MS, de 26 de fevereiro de 2021 (anexos), encartados ao processo SEI nº 25000.013923/2021-95, noticiando que supostos representantes de um grupo farmacêutico estavam ofertando 200 milhões de doses de vacinas para COVID-19.

Impende destacar que a rápida atuação da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde possibilitou que a Polícia Federal deflagrasse a OPERAÇÃO

TAIPAN[2], onde foram expedidos, pela 10ª Vara Federal do Distrito Federal, sete mandados de busca e apreensão nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em 23 de fevereiro ocorreu reunião com o Sr. Christian Faria e o Sr. Diego Gonçalves Pereira, que se apresentaram, respectivamente, como representantes da empresa BIOMEDIC, da empresa ADEXMED, onde foram ofertadas 300 milhões de doses da vacina ASTRAZENECA. Na ocasião o Sr. Christian, informou que, quanto aos documentos "tarjados", a documentação oficial seria apresentada caso o Ministério da Saúde formalizasse a tratativa e, "nome do vendedor", precisava ser mantido sob sigilo. Os representantes do Ministério da Saúde presentes na reunião insistiram e destacaram que precisavam do acesso aos documentos formais de representação da empresa Biomedic, para que, desta forma, pudesse ser realizada uma avaliação jurídica preliminar, antes de se prosseguir com a formalização de uma intenção de compra, conforme memória de reunião abaixo, vejamos:



MINISTÉRIO DA SAÚDE

MEMÓRIA DE REUNIÃO

ASSUNTO: Negociação de Vacinas.

LOCAL: Secretaria-Executiva/MS

DATA: 23 de fevereiro de 2021

HORÁRIO: 16h40 – 17h10

PARTICIPANTES:

Marcelo B. Pires – Diretor de Programas de
Luana Gonçalves Gehres – Gerente de Projeto do Gabinete da Secretaria-Executiva (SE/MS)
Max Nóbrega de Menezes Costa – Coordenador-Geral da CGPCLIN/DECIT/SCTIE/MS.

Christian Faria – Sócio da Biomedic Distribuidora de Produtos Médicos e Hospitalares
Diego Gonçalves Pereira - ADEXMED

DISCUSSÕES:

A reunião foi aberta pela representante da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (MS), Marcelo B. Pires, que solicitou aos representantes do MS que se apresentassem, passando, em sequência, a palavra a Christian Faria para que também se apresentasse e esclarecesse a sua oferta de doses de vacina contra Covid-19.

Christian Faria, que participou da reunião por meio de plataforma virtual, informou ser sócio da empresa Biomedic, distribuidora de Produtos Farmacêuticos do Espírito Santo, e ser representante da AstraZeneca. Em sequência, apresentou proposta comercial de venda ao Ministério da Saúde da Vacina AstraZeneca AZD 1222, procedente do Reino Unido:

- Valor da dose: US\$ 9 (nove dólares) por dose;
- Quantidade mínima para aquisição: 110 milhões de doses;
- Quantidade máxima: 300 milhões de doses;
- Cronograma de entrega: 10 milhões de doses cinco dias após assinatura do contrato, 100 milhões de doses até 06 de fevereiro de 2021, 50 milhões de doses até 13 de fevereiro, 60 milhões de doses até 20 milhões.

Ao ser questionado pela equipe do MS em relação à vinculação de representação da Biomedic com a farmacêutica AstraZeneca e quanto aos documentos "tarjados" encaminhados por mensagem eletrônica ao MS, Christian Faria informou que a documentação oficial só poderia ser apresentada presencialmente, caso o MS confirme a intenção de compra, pois não pode informar o "nome do vendedor", ressaltando que precisaria manter sigilo do nome da empresa com a qual estava negociando. Os representantes do MS insistiram e destacaram que precisavam do acesso aos documentos formais de representação da Biomedic, para que pudesse ser feita uma avaliação jurídica antes de seguirem para a formalização de uma intenção de compra.

Passando a questionamento de ordem técnica e logística referentes à origem da vacina, CBPF da fábrica produtora, solicitação de autorização de importação e uso emergencial pela Anvisa, o representante da Biomedic respondeu que as vacinas seriam provenientes do Reino Unido; não soube esclarecer especificamente sobre o CBPF da fábrica produtora; manifestou que a responsabilidade pelas tratativas com a Anvisa seria do MS e que ele apenas entregaria as doses. Quanto ao uso emergencial, registrou que tinha estudado a matéria e sabia que a Anvisa já tinha autorizado as doses do Butantan e da AstraZeneca. Informado que a autorização era apenas para as vacinas provenientes da Índia,

Nos dias 18 e 24 de fevereiro de 2021, o Sr. Amilton Gomes de Paula, presidente da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários - SENAH, encaminhou e-mails à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, solicitando agenda com os representantes do Grupo *Internacional Latinair Support* para tratar de suposta oferta de vacinas.

Ainda em 24 de fevereiro ocorreu reunião com o Sr. Jean Luc-Vaillaud, gerente geral da empresa Promega Biotecnologia.

Em 1º de março de 2021, através de novo e-mail, o representante da SENAH, informou que participariam da reunião agendada para o dia 02 de março, os Srs. LUIS PAULO DOMINGUETTI PEREIRA, RENATO LUIS GABBI e o próprio AMILTON, demonstrando que referidas empresas possuíam vínculos.

Em 02 de março, ocorreu na Secretária Executiva, a reunião solicitada pelo representante da SENAH, com a participação dos Srs. AMILTON

GOMES DE PAULA – SENAH; RENATO LUIS GABBI; MARIA HELENA PRILL – INTERAGIR e MAJOR HARDLESON; tendo como pauta Grupo *Internacional Latinair Support*, que naquela oportunidade ofertou ao Ministério da Saúde 400 milhões de doses da ASTRAZENECA, das quais 100 milhões seriam entregues em 20 dias. Os representantes do Ministério da Saúde **solicitaram o encaminhamento dos documentos comprobatórios**, conforme verifica-se abaixo:

 MINISTÉRIO DA SAÚDE	
MEMÓRIA DA REUNIÃO	
PAUTA: Grupo Internacional Latinair Support.	
LOCAL: Sala do Hall, 3º Andar, Edifício Sede	
DATA: 02/03/2021	HORÁRIO: 15h10 – 15h45
PARTICIPANTES:	
Flávio Werneck Noce Dos Santos – Assessor Especial do Ministro para Assuntos Internacionais em Saúde Max Nóbrega de Menezes Costa – Coordenador-Geral de Ações Estratégicas de Pesquisa Clínica (CGPCLIN/DECIT/SCTIE).	
Amilton Gomes de Paula - SENAH Renato Luis Gabbi Maria Helena Prill – Interagir – Assessoria e Consultoria Jurídica Maj Hardleson	
DISCUSSÕES:	
A reunião foi aberta pelo Assessor Especial do Ministro para Assuntos Internacionais em Saúde, Flávio Werneck, com a participação da empresa <i>Grupo Internacional Latinair Support</i> , para tratar sobre oferta de vacinas contra Covid-19.	
O senhor Amilton Gomes apresentou-se como presidente da SENAH, um grupo humanitário e disse que tinham uma proposta de oferta de 400 milhões de doses da AstraZeneca, das quais 100 milhões seriam entregues em 20 dias.	
Após ouvir a proposta do grupo, os representantes do Ministério da Saúde informaram que para dar seguimento seria preciso que a empresa comprovasse o vínculo e a disponibilidade das doses. Nesse sentido, foi registrado que a empresa Latinair precisaria apresentar carta da AstraZeneca e do <i>Institute Serum of India</i> atestando a existência das doses. Deveriam, adicionalmente, apresentar uma proposta formal e um cronograma de entrega das doses. Por fim, foi requerido que fosse apresentada carta de representação oficial para poder ofertar doses da vacina da AstraZeneca.	
ENCAMINHAMENTOS:	
- Os representantes da empresa vão encaminhar ao Ministério da Saúde a documentação de comprovação solicitada.	

Mais uma vez, ante a inconsistência da proposta e a ausência de documentos hábeis, as tratativas não prosseguiram.

Em 11 de março, ocorreu nova reunião, esta com pessoas que se apresentaram como representantes da Empresa World Brands Distribuidora S/A (representante comercial da Empresa Chinesa Sinovac Biotech Ltd. no BRASIL), com oferta de 30 milhões de doses da Vacina CORONAVAC. Contudo, ante a inconsistência da proposta, não foi elaborado qualquer Memorando de Entendimento – MoU.

Em 24 de março, ocorreram reuniões, em horários distintos, com o vice-presidente de Negócios Internacionais da CanSinoBio, sr. Pierre A. Morgon e, com o presidente da empresa UpTime Trading, sr. Eraldo Rosa, ambas para

tratarem de ofertas de vacinas. Em ambas o MS solicitou a formalização da proposta, com especificação de preço, quantidade de doses e cronograma de entregas, carta de apresentação das farmacêuticas e demais documentos comprobatórios da oferta e da realização dos estudos no país, conforme Memórias de reunião anexas.

4. **DA EMPRESA DAVATI MEDICAL SUPPLY**

A Empresa americana **DAVATI MEDICAL SUPPLY**, estabelecida na Suite 120, cidade do Round Rock, Texas 78665, telefone: 512-967-4687, e-mail: contact@davatimedical.com, é uma distribuidora internacional de produtos farmacêuticos e nutracêuticos, projetando, fabricando e importando produtos ao redor do mundo, conforme consta de sua página da internet[3].

Em 1º de fevereiro de 2021, o presidente do Instituto Força Brasil (IFB), Sr. Hécio Bruno de Almeida, através de e-mail encaminhado à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, solicitou agenda para tratar de compras de vacina pelo setor privado, conforme segue anexo, com agendamento para o dia 12 de março de 2021.

De: Secretaria do Instituto Força Brasil

Enviada em: Quinta-feira, 4 de março de 2021 16:13

Para: COORDENAÇÃO DE AGENDA E CERIMONIAL DO SECRETARIO EXECUTIVO

Data: 12/03/2021

Horário: 10 hr

Local: Esplanada dos Ministérios, Ministério da Saúde - Bloco G, 3 andar - Gabinete da Secretaria Executiva.

Pauta: É Contrato Beep / IFB - Instituto Força Brasil

Nomes/ Cargos dos participantes do IFB na reunião:

Coronel Hécio Bruno de Almeida - Presidente do IFB

Bruna Monah - Chefe de Gabinete

Marcelo Lima - Diretor de Comunicação

Nos dias 1º e 02 de março de 2021, o Sr. Amilton Gomes da Silva e o Sr. Mauriston Ferreira Martins, respectivamente, presidente e secretário da empresa Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários - SENAH, encaminharam e-mails à Coordenação de Agenda e Cerimonial do Secretário-Executivo, solicitando agenda, tendo como "objetivo apresentar solução imediata para o maior problema mundial COVID-19", com oferta da "vacina ASTRAZENECA, através de acordo humanístico entre a própria SENAH e a empresa internacional DAVATI MEDICAL SUPPLY"[4]. No referido e-mail foi ainda informando que os srs. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA, AILTON GOMES DE PAULA e RENATO LUIS GABBI participariam da reunião, que restou agendada para o dia 16 de março.

Em 09 de março de 2021, o Sr. Júlio Adriano de O. Caron e Silva, através de e-mail enviado ao então Ministro e assessores, apresentou-se como representante da empresa **DAVATI**, ofertando 300 milhões de doses da vacina ASTRAZENECA, que foi autuado no SEI sob os nº 25000.035541/2021-12 e 25000.038550/2021-65.

Em 12 de março de 2021 ocorreu na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde a reunião com o **Instituto Força Brasil – IFB**, com os Srs. HÉLCIO BRUNO DE ALMEIDA e IGOR MORAIS VASCONELOS, **com a presença, sem agendamento prévio**, do Sr. Vander Corteza, **representante da BR MED Saúde Corporativa**, e dos Srs. Amilton Gomes de Paula, presidente mundial

pela **Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários – SENAH**, CRISTIANO CARVALHO e LUIS PAULO DOMINGUETTI PEREIRA, alegados representantes da **DAVATI**, quando foi apresentada proposta de oferta de 400 milhões de doses da vacina ASTRAZENECA, que estariam na França e que em 72 horas seriam entregues no Brasil. Na citada reunião foi solicitado que os nominados representantes encaminhassem a documentação comprobatória das representações comerciais, assim como, ante a elevada quantidade de doses ofertadas, o **Secretário-Executivo do Ministério da Saúde destacou** que a União Europeia não estaria liberando a exportação de vacinas e que **havia necessidade de se confirmar a disponibilidade e o acesso a essas vacinas**, conforme verifica-se abaixo:

 MINISTÉRIO DA SAÚDE	
MEMÓRIA DA REUNIÃO	
PAUTA: Contrato Beep / IFB - Instituto Força Brasil.	
LOCAL: Gabinete da Secretaria Executiva.	
DATA: 12/03/2021	HORÁRIO: 10h – 11h
PARTICIPANTES:	
Antônio Elcio Franco Filho – Secretário-Executivo/MS Marcelo B. Pires – Diretor de Programas do GM/MS Luana Gonçalves Gehres - Assessora do GAB/SE Cleverson Boechat Tinoco Ponciano – Assessor da Secretaria Executiva/MS Max Nóbrega de Menezes Costa – Coordenador-Geral da CGPCLIN/DECIT/SCTIE	
Hélcio Bruno de Almeida - Presidente do Instituto Força Brasil - IFB Igor Moraes Vasconcelos - Instituto Força Brasil – IFB Cristiano Carvalho – Davati Luiz Paulo D. Pereira – Davati Vander Corteze – BR MED Saúde Corporativa	
DISCUSSÕES:	
A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde (MS), com a participação de representantes do Instituto Força Brasil, Senah, Davati e BR MED Saúde Corporativa, para tratar sobre vacinas contra Covid-19.	
O senhor Cristiano Carvalho registrou que seria representante da Davati e que teria 400 milhões de doses de vacinas de AstraZeneca a pronta entrega. Que já haviam ofertado ao Ministério da Saúde há 60 dias. Afirmou que o lote de vacinas estaria na França e disponíveis em 72 horas.	
O Secretário-Executivo informou que havia um cenário de escassez de vacinas e que a União Europeia havia proibido a exportação de vacinas. Assim, havia a necessidade de confirmar a disponibilidade e o acesso a essas vacinas, uma vez que a União Europeia não deixa exportar para fora da Europa. Além disso, registrou a necessidade de representação no Brasil para os processos de aprovação da Anvisa e importação, bem como o envio de documento que evidencie a vinculação da Davati com a AstraZeneca e a disponibilização das doses.	
O senhor Hélcio Bruno disse que a Davati seria uma empresa de cotas de vacinas. O senhor Cristiano Carvalho informou que estava em negociação com o Diretor Roberto do DLOG, não havendo prosseguimento. Foi informado que não haveria interesse na compra, pois a FAB não poderia disponibilizar aeronave para buscar a vacina.	
O valor da dose era em torno de US\$ 3, mas atualmente está em US\$ 17,50. As doses viriam da França e que seriam entregues em Guarulhos. O senhor Cristiano solicitou carta de intenção do Ministério da Saúde. Informou que o contrato deverá ser firmado entre a MS, Davati e AstraZeneca.	
O Secretário-Executivo solicitou carta da AstraZeneca informando a disponibilização das doses e de representação no Brasil. Registrou que não poderia haver pagamento adiantado, que seria preciso checar o CBPF da fábrica junto à	

Anvisa e que seria preciso apresentar o contrato entre a Davati e a AstraZeneca. O senhor Cristiano informou que irá apresentar a documentação.
Adicionalmente, foi tratado com o senhor Vander Corteze quanto à necessidade de regulamentação da Lei 14.125/2021, determinando o momento em que seria realizada a doação de 50% das doses compradas pelas empresas e como deveria ser feita a doação ao Ministério da Saúde.
ENCAMINHAMENTOS:
- Os representantes da empresa vão encaminhar ao Ministério da Saúde a documentação solicitada.

Em 24 de março de 2021, através de e-mail, a **SENAH** encaminhou documentos[5] que tinham por finalidade comprovar a representação da **DAVATI**, dando origem, em 25 de março, ao processo SEI nº 25.000.045432/2021-11. **Tais documentos não comprovavam os requisitos solicitados pelos integrantes do Ministério da Saúde** (dentre outras, a sua autorização oficial para representação pelo laboratório produtor, a existência das doses ofertadas, a localização de seu armazenamento, o número de seus lotes e sua validade – informações essas junto aos fabricantes).

Em 01 de agosto de 2021, o empresário HERMAN CARDENAS, dono da empresa DAVATI, em entrevista a um programa televisivo[6], disse que sua empresa seria uma “facilitadora” “na obtenção das doses do imunizante e que nunca disse que elas estavam garantidas” e que foi enganado por parceiros brasileiros, como o Sr. Cristiano Carvalho, que apresentou um currículo dizendo-se doutor em Harvard. Conforme consta ainda da aludida matéria, o Sr. CARDENAS não informou a origem das doses.

5. **DA ASTRAZENECA INTERNACIONAL**

Em 15 de março de 2021, através do Ofício nº 646/2021/SE/GAB/SE/MS Brasília, endereçado aos Srs. PASCAL SORIOT, CEO da AstraZeneca; CARLOS SÁNCHEZ-LUIZ, Diretor Presidente da AstraZeneca no Brasil e JORGE MAZZEI Diretor Executivo de Relações Corporativas, Regulatório e Acesso ao Mercado da AstraZeneca, foi solicitado a confirmação se as empresas: HUZZA ALPHA BOREALIS INVESTIMENT MANAGEMENT LTD; BIOMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES; MACENA PIRES ADVOGADOS ASSOCIADOS e LATIN AIR SUPPORT LLC **estavam legitimados para representar a ASTRAZENCA no Brasil**, vejamos:

7. Importa mencionar algumas das empresas que entraram em contato com o Ministério da Saúde:

- Empresa Huzza Alpha Borealis Investment Management LTD, por intermédio do Sr. João Paulo Correia, apresenta proposta de venda pela empresa The Solving Company de 50 milhões de doses de vacina da AstraZeneca, sendo 12 milhões de doses com origem na Hungria.
- Empresa Biomedic Distribuidora de Produtos Médicos e Hospitalares, por intermédio do Sr. Christian Faria, oferta de venda de 30 milhões de doses.
- Escritório Macena Pires Advogados Associados, por intermédio da Sra Alessandra Azevedo a qual informa apresentar contrato com a Soul Pharmaceutical, que é uma empresa sediada em Vancouver no Canadá.
- LATIN AIR SUPPORT LLC, com sede na Florida, consórcio americano oferta de 400 milhões de doses, com origem na Índia.

8. Nesse sentido, solicitamos a vossa compreensão para esclarecer quanto aos fatos apresentados, e, caso legítimas as ofertas, possibilitar ao Brasil o acesso a essas doses de vacinas, tão necessárias para apoiar o país a enfrentar o estágio atual da pandemia da Covid-19.

9. Adicionalmente, manifesto o interesse do governo brasileiro em adquirir diretamente de vossa empresa doses prontas de vacinas AZD1222/ChAdOx1 n-Cov-19, caso se comprove genuína a disponibilidade das doses ofertadas a este Ministério da Saúde.

Atenciosamente,

ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO
Secretário-Executivo

Em 17 de março de 2021, em resposta ao Ofício nº 646/2021/SE/GAB/SE/MS a ASTRAZENECA informou que no Brasil trabalhava em colaboração com a FIOCRUZ/Bio Manguinhos, vejamos:

..

AstraZeneca 

Sjoerd Hubben
Vice President Global Corporate Affairs

AstraZeneca AG
Global Corporate Affairs
Neuhofstrasse 34
6340 Baar, Switzerland
T: +41 41 725 75 75
astrazeneca.com

Antônio Elcio Franco Filho
Vice Minister of Health, Brazil

17 March 2021

Dear Vice-Minister,

Thank you very much for your recent correspondence. Brazil is a valued partner for AstraZeneca and our collaboration with Fiocruz/Bio-Manguinhos and the Brazilian Government has played a significant role in our global COVID-19 vaccine research and development.

O fato de que a ASTRAZENECA negociava apenas com Governos e que nos primeiros meses de 2021 a quantidade de doses era insuficiente para atender o mercado interno europeu foi amplamente divulgado na mídia nacional e internacional.[\[7\]](#)

A ASTRAZENECA internacional, que detém as prerrogativas de fabricação das vacinas e coordena as negociações da produção internacional, informou, mediante documentação anexa, que a empresa DAVATI não é sua representante e não possui estoques disponíveis sob sua guarda.

Em 28 de abril de 2021, a Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS – lançou Despacho CGPNI 0020275888, assinado eletronicamente pela coordenadora geral do Programa Nacional de Imunizações da SVS, Sra. Francieli Fontana Fantinato, nos autos do processo SEI nºa *Secretaria Executiva (SE)* *uma vez que se trata de negociações referentes a aquisição de vacinas COVID-19. No entanto, **ressaltamos que, em contato realizado com a SE, a presente oferta não é procedente uma vez que a própria AstraZeneca informa que apenas realiza a negociação de ofertas de vacina diretamente com os governos***”.

A Empresa DAVATI MEDICAL SUPPLY, após ter seu nome veiculado na mídia nacional, veio a público esclarecer que não é representante e nunca foi representante do fabricante das vacinas da ASTRAZENECA, conforme documento anexo e matéria jornalística[8] divulgada em 30 de junho de 2021.

Destaca-se que não foi firmada Carta de intenções, memorando de entendimento ou qualquer outro compromisso contratual ou pré-contratual com a empresa DAVATI ou seu representante.

6. CONCLUSÃO

Após análise preliminar das propostas apresentadas, os servidores do Ministério da Saúde, conforme restou fartamente consignado, solicitavam que fossem encaminhados documentos comprobatórios que assegurassem a idoneidade das propostas, para que, em ato contínuo, fossem iniciadas as tratativas prévias.

No caso das empresas Davati Medical; Instituto Força Brasil – IFB; BR MED Saúde Corporativa; Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários – SENAH; Empresa Huzza Alpha Borealis Management LTD; Empresa Biomedic Distribuidora de Produtos Médicos e Hospitalares; ADEXMED; Escritório Macena Pires Advogados Associados; World Brands; Soul Pharmaceutical; e Grupo Internacional Latinair Support, não há conhecimento de existência no Ministério da Saúde de qualquer MoU, Carta de Intenções ou processo de aquisição das vacinas ofertadas pelas empresas.

Corroborando com as afirmações, a própria ASTRAZENECA, ao ser indagada sobre as empresas acima, enviou ofício informando “que no Brasil trabalhava em colaboração com a FIOCRUZ/Bio Manguinhos”.

No que se refere à empresa americana DAVATI MEDICAL SUPPLY, consignamos mais uma vez que esta veio a público esclarecer que não é representante e nunca foi representante do fabricante das vacinas da ASTRAZENECA.

Merece destaque o fato de que todas as contratações de vacinas contra COVID-19 pelo Ministério da Saúde foram precedidas de MoU ou Carta de Intenções e que todos eles foram não vinculantes, ou seja, sem exigência futura de celebração de contrato nem obrigação de pagamento.

Reitera-se que nunca houve resistência do Ministério da Saúde quanto à negociação de quaisquer vacinas, desde que houvesse o mínimo de plausibilidade fática e juridicidade da proposta

Em face das normas e protocolos implementados para garantir a transparência dos atos e fatos administrativos, o Governo Federal evitou e

continua obstando, desvios de finalidade, malversação do recurso públicos e ilícitos de qualquer natureza.

Os mecanismos de controle e integridade funcionaram de forma robusta, conforme ficou comprovado com a licitude e eficiência na aquisição de EPI, ventiladores, medicamentos, assim como a contratação de mais de 600 milhões de doses de vacinas.

A Missão do Ministério da Saúde no Governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro é prevenir, detectar, punir e coibir quaisquer práticas de condutas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios de natureza ética.

Por fim, a necessidade premente de que fossem compradas vacinas necessárias e suficientes para imunizar a população brasileira despertou o interesse de pessoas que, em claro conluio, tentaram vender vacinas que jamais tiveram sob sua posse e de quem jamais foram representantes.

7. ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, encaminho à Consultoria Jurídica - **CONJUR/MS**, em restituição, para prosseguimento.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

Secretário-Executivo Adjunto

[1] A Etec é um tipo especial de compra pública (direta) no qual o Estado adquire o esforço de P&D destinado a encontrar solução não disponível no mercado para aplicação específica. Foi criada para dar tratamento econômico eficiente nas situações em que existe uma demanda por determinada solução, mas esta solução não está disponível no mercado e, para que esteja, é necessário, primeiro, que seja estudada e desenvolvida. O problema todo é que a atividade de P&D é envolta em risco tecnológico. Em outras palavras, mesmo que se faça uma correta gestão, pode-se não encontrar uma solução adequada à demanda inicial. NOTA TÉCNICA 71. https://www.ipea.gov.br/cts/images/central-de-conteudo/publicacoes/2020/NT_Diset_N_71.pdf

[2] <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/03/policia-federal-desarticula-grupo-criminoso-responsavel-por-falsa-oferta-de-venda-de-vacinas-para-o-ministerio-da-saude>

[3] <https://davatimedical.com/about/>

[4] <https://davatimedical.com/>

[5] Carta Humanitária SENAH (0019732924); Carta da DAVATI assinada por CRISTIANO ALBERTO CARVALHO (0019732942); Carta de Apoio assinada pelo Deputado Federal Roberto de Lucena – PODEMOS/SP (0019732947) e Carta de Apoio do Grão Mestre da Maçonaria Abdalla Hanna Obeid (0019732956).

□[6] <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/08/01/exclusivo-herman-cardenas-dono-da-davati-diz-ter-sido-enganado-por-parceiros-brasileiros.ghtml>

[7] <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/29/uniao-europeia-restringe-exportacao-de-vacinas-ate-o-fim-de-marco.ghtml>
<https://exame.com/mundo/pela-1a-vez-italia-bloqueia-venda-de-vacinas-da-astrazeneca-para-australia/>

<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/01/26/astrazeneca-nega-vender-vacinas-ao-setor-privado.ghtml>
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/25/uniao-europeia-critica-atraso-na-entrega-de-vacina-da-astrazeneca-e-pede-transparencia.ghtml>
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/26/uniao-europeia-acusa-astrazeneca-de-violacao-do-contrato-para-vacinas-anticovid.ghtml>
[8]<https://terrabrasilnoticias.com/2021/06/narrativa-derrubada-davati-tambem-desmente-folha-e-diz-que-nunca-houve-contato-entre-governo-federal-e-representante-da-empresa-apresentacao-entre-governo-e-vendedor-nunca-foi-feita/>



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Glauco dos Anjos de Vasconcelos, Secretário-Executivo Adjunto**, em 07/10/2021, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0023167262** e o código CRC **2437E746**.

Brasília, 07 de outubro de 2021.

Referência: Processo nº 25000.101739/2021-00

SEI nº 0023167262

Gabinete da Secretaria Executiva - GAB/SE
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br